

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUAS INTERSECÇÕES COM RAÇA E CLASSE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA EM PSICOLOGIA

Eixo Temático 10 - Diálogos sobre a Violência contra as Mulheres: Educação, Políticas Públicas, Proteção e Enfrentamento

Autoras: Maria Clara da Silva Santos (Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá); Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá).

E-mail: mariacssantoos@gmail.com

O fenômeno de violência contra a mulher está relacionado às relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. O movimento feminista foi o principal responsável na conquista de direitos e avanços nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Entretanto, as primeiras gerações feministas não consideravam as demais desigualdades sociais nos estudos sobre gênero, fazendo com que essas questões permanecessem na esfera do silêncio e da invisibilidade. Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo investigar se os estudos em psicologia sobre o tema, têm promovido o entrelaçamento dos marcadores sociais de gênero, raça e classe social. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com base nos artigos encontrados na SciELO – Brasil.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Feminismo interseccional. Políticas Públicas.

1. Introdução

A violência contra a mulher, segundo Narvaz e Koller (2006), consiste em um conjunto de ações que perpetuam as relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, denominadas de violência de gênero. Este fenômeno pode ser compreendido pelo fato da mulher, no decorrer da história ocidental, ocupar uma posição de inferioridade em relação ao homem (GARCIA, 2015).

Embora recorrente na vivência das mulheres, a violência se restringia ao âmbito privado, o que tornava o assunto negligenciado pelas discussões e estudos científicos, desenvolvidos majoritariamente pela perspectiva masculina. A partir da década de 1960, ao denunciar os diversos tipos de violência contra a mulher, o movimento feminista possibilitou a emergência das discussões sobre o tema, o que tornou o problema um assunto nas esferas jurídicas, acadêmicas e sócio-políticas.

1.1 Dos estudos sobre o patriarcado às discussões sobre gênero

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

Nesse sentido, o patriarcado foi um dos principais conceitos nas discussões sobre a violência contra a mulher, uma vez que possibilitou a perspectiva desse problema como uma questão estrutural presente em nossa sociedade. Segundo Narvaz e Koller (2006), a instituição do patriarcado está relacionada ao estabelecimento da propriedade privada, no século XVIII, em que para a burguesia garantir a herança dos bens pessoais aos filhos legítimos, seria necessário que os homens exercessem alguma forma de controle sobre os corpos das mulheres. Desse modo, representa uma organização social na qual foram estabelecidos os papéis sexuais e sociais que favorecem os homens (GARCIA, 2015).

No entanto, apesar do patriarcado ser um conceito importante para a compreensão da violência contra a mulher, não é suficiente para contemplar a totalidade das relações entre homens e mulheres, pois reduz os papéis sociais ao sexo biológico (CFP, 2012). Os estudos sobre as relações de gênero, que surgiram no final do século XX, foram importantes para desconstruir a concepção binária difundida pelas correntes naturalistas e para diferenciar o sexo biológico dos papéis sociais masculinos e femininos (NARVAZ; KOLLER, 2006). Sendo assim, Garcia (2015, p.19) define como gênero “todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres”.

Com isso, o gênero vem se tornado um conceito-chave para a análise da violência contra a mulher, uma vez que permite compreender esse fenômeno enquanto construção social. Essa transformação no contexto científico representa um marco conceitual, pois ao desconstruir o gênero, conseqüentemente é desconstruída a noção de que existe uma forma universal de ser mulher, destacando-se a questão da diferença (NARVAZ; KOLLER, 2006).

1.2 Alguns apontamentos sobre o feminismo interseccional

A partir disso, a categoria mulher adquire uma visão histórica e heterogênea, o que possibilita o questionamento acerca das políticas identitárias das teorias feministas anteriores (NARVAZ; KOLLER, 2006). De acordo com Garcia (2015), havia a necessidade de investigar as implicações práticas e teóricas da diversidade nos estudos feministas, para compreender as múltiplas experiências das mulheres diante de uma situação comum a elas, como a violência de gênero.

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

Contudo, Ribeiro (2019) aponta que as mulheres negras há muito tempo já denunciavam o discurso hegemônico presente no movimento feminista, embora não possuíssem visibilidade. Nesse contexto, a ciência, composta por discursos perpetuados pela supremacia branca eurocêntrica colonialista, historicamente invalidou o pensamento de ativistas e intelectuais negras.

O termo “interseccionalidade”, por sua vez, foi cunhado somente em 1989, pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (HENNING, 2015). O projeto da interseccionalidade defendido por Crenshaw (2004), pretendia incluir questões raciais e de classe social nos debates sobre gênero, já que esses marcadores sociais não afetam a vida das mulheres de forma isolada. Para a autora, as linhas correspondentes ao gênero, raça, classe e sexualidade, atuam simultaneamente nas situações experienciadas pelas mulheres e se entrecruzam, formando um ponto de intersecção.

A necessidade de inclusão de uma perspectiva interseccional nas discussões sobre gênero tem ganhado destaque nos últimos anos, assim como tem atravessado o debate sobre o enfrentamento à violência contra a mulher. No Brasil, o principal responsável por essa problematização foi o feminismo negro, que ressaltou a incapacidade das teorias e das políticas públicas brasileiras, formuladas pela branquitude, de agregar as múltiplas raças e culturas existentes (CARNEIRO, 2003). Entretanto, ao discutir sobre as Políticas Públicas no Brasil, faz-se necessário fazer uma breve retomada histórica sobre a posição que as mulheres brasileiras ocupavam na esfera pública, bem como suas reivindicações e conquistas.

1.3 Políticas Públicas de combate à violência de gênero no Brasil

Em primeiro lugar, destaca-se que a colonização ocidental no Brasil foi marcada pela importação dos mesmos padrões normativos europeus, em que as mulheres foram alocadas em uma posição de inferioridade em relação ao homem. Entretanto, a organização social foi estabelecida a partir do contexto brasileiro, caracterizado como um país latifundiário e escravocrata, marcado por duas principais vias de opressão: o cisheteropatriarcado e o racismo (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Segundo Narvaz e Koller (2006), no início do século XX, os homens brasileiros já haviam conquistado alguns direitos civis, enquanto isso as mulheres continuavam excluídas da vida pública, o que fez com que as mulheres brasileiras se organizassem para reivindicar por

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

seus próprios direitos. Dentre as reivindicações, a violência doméstica se torna uma das principais temáticas do movimento feminista brasileiro da década de 1980 e, assim, as produções acadêmicas acerca do assunto ganham visibilidade no Brasil (VEDOVATO; VITALLE, 2016).

Os anos 80, também são conhecidos no Brasil pela transição do regime militar para a democracia, resultado de uma conquista dos movimentos populares que reivindicavam pela redemocratização do país (YAMAMOTO, 2014). Desse modo, a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, representa uma abertura no âmbito legislativo para as conquistas dos direitos das mulheres (CREPOP, 2013). As principais conquistas, desde então, foram: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em 1985; Lei nº 11.340 em 2006, popularizada como Lei Maria da Penha; Lei nº 13.104 em 2015, conhecida como a Lei de Feminicídio.

Apesar dos avanços legislativos e das ações de combate à violência doméstica, o feminismo brasileiro, influenciado pelas feministas norte-americanas e europeias, reproduziu em seu discurso a universalização da categoria mulher e, conseqüentemente, desconsiderou as mulheres que se encontram em posição de maior vulnerabilidade social. Em vista disso, a participação das mulheres negras no movimento feminista brasileiro tem sido essencial para mudar as concepções acerca da identidade feminina e para a inclusão de pautas, que visam combater diversas formas de discriminação (CARNEIRO, 2003).

Afinal, o feminismo tem sido um importante instrumento na luta contra as desigualdades e, para isso, é necessário pensar sobre os marcadores sociais, sejam eles de raça, classe ou orientação sexual.

2. Objetivo

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo investigar se os estudos em psicologia sobre o tema, têm promovido o entrelaçamento dos marcadores sociais de gênero, raça e classe social.

3. Metodologia

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

Para a realização da presente pesquisa foi utilizado o método denominado de revisão sistemática da literatura, que permite ao pesquisador identificar os conteúdos já produzidos sobre o tema a ser estudado e desenvolver informações originais (GOMES; CAMINHA, 2014). Foram selecionados e analisados artigos publicados nos últimos dez anos na SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) – Brasil, que fossem do campo da psicologia ou publicados em revistas da área, e que discutissem sobre a violência doméstica contra a mulher. As etapas para a realização da pesquisa foram: *Download* das publicações; Leitura seletiva do material; Sistematização do material; e Análise do material.

4. Resultados

A busca pelos artigos na base de dados SciELO, demonstraram uma predominância expressiva do número de publicações com as palavras-chave “violência doméstica” e “psicologia” (97 artigos), em detrimento do número de artigos encontrados com as seguintes combinações de palavras (37 artigos): violência doméstica AND marcadores sociais; violência doméstica AND interseccionalidade; violência doméstica AND raça; violência doméstica AND classe. Ou seja, já na primeira etapa da pesquisa, foi possível identificar que a maioria das produções em psicologia, não promovem a articulação da temática com os marcadores sociais da diferença.

Em seguida, foi realizado o *download* dos artigos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, e que, posteriormente, foram selecionados apenas os considerados relevantes para o objetivo da pesquisa, o que resultou em 18 artigos para serem lidos integralmente.

A partir da leitura integral dos textos, observou-se que apesar de não apresentarem no título ou no resumo, a maioria dos artigos apresentaram em sua discussão, reflexões acerca das questões econômicas enfrentadas pelas mulheres em situação de violência. A classe social, embora não fosse foco da maioria dos estudos, foi abordada por alguns pesquisadores que discutiam sobre dependência financeira em relação ao agressor e a necessidade de busca por autonomia como forma de enfrentamento.

No entanto, pontuamos que a maioria dos artigos incluiu esse debate a partir de análises individuais, ou seja, discutiam sobre casos específicos e situações de violência no histórico intrafamiliar das mulheres que haviam sido vítimas. Dentre os artigos, apenas um se

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

destacou por analisar as condições sociais da população atendida pelos serviços de assistência social e por considerar a realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade, para implementação de medidas que melhor atendessem às necessidades do território.

Em relação ao marcador étnico-racial, não consideramos que foi discutido nos artigos encontrados pelos descritores “violência doméstica” e “psicologia”. Em alguns estudos, a questão racial foi citada na fundamentação teórica e esteve presente em pesquisas de campo, quando realizada a caracterização das mulheres que aceitaram participar da entrevista. Entretanto, as discussões raciais não foram utilizadas como fator de análise pelos autores, o que evidencia o desconhecimento dos profissionais sobre a temática, assim como, ressalta-se que as teorias psicológicas, em sua história, têm discutido sobre um psiquismo isolado de um corpo.

Os textos encontrados pelos descritores “violência doméstica” e “raça” / “marcadores sociais” / “interseccionalidade”, por sua vez, realizam uma análise riquíssima sobre a interlocução entre violência doméstica e raça, assim como também abordam sobre classe social.

5. Considerações Finais

Com a leitura integral dos artigos selecionados, houve um aumento no número de artigos que abordam a questão de raça ou classe social, mas que ainda assim, demonstrou-se escassa e não abordou sobre esses marcadores nas discussões realizadas. Tendo isso em vista, consideramos que os estudos sobre a violência doméstica contra a mulher, em sua maioria, não promovem o entrelaçamento dos marcadores sociais da diferença com a questão de gênero, uma vez que essa análise só ocorreu em textos específicos sobre a temática, principalmente no que se refere às questões étnico-raciais. Portanto, faz-se necessário promover estudos e pesquisas sobre interseccionalidade, uma vez que a produção científica, historicamente tem universalizado a categoria mulher e negligenciado as demais desigualdades sociais as quais as mulheres se encontram.

Além disso, a pesquisa pretendia fomentar o debate acerca da emancipação e do empoderamento feminino, já que as vias de opressão que incidem sobre os corpos femininos atuam para a manutenção da mesma ordem social em que se reproduz o racismo. Sendo assim, espera-se que as descobertas contribuam para a promoção de reflexões críticas sobre a violência doméstica contra a mulher brasileira e para a inclusão de outras desigualdades sociais nas políticas de atenção à mulher em situação de violência.

VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Memórias, lutas e insurgências nas educações
14 a 17 de setembro de 2022

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-132, 15 set. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 82 p.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem. 2004.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. **Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano**. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan. 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 97-128, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicologia & Sociedade, [s.l.], v. 18, n. 1, p.49-55, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822006000100007>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, set./dez. 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 111 p.

VEDOVATO, Marina Milhassi; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. **Gênero, raça e classe social: os desafios do feminismo no Brasil e o processo de resistência no enfrentamento da violência contra as mulheres**. In: Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais, 2016, Aveiro. Coimbra: Grácio Editor, 2016. v.1, p. 365 - 370. Disponível em: <<https://vcongresso.estudosculturais.com/wp-content/uploads/sites/6/2016/09/g%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-classe-social-os-desafios-do-feminismo-no-brasil-e-o-processo-.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020>.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I.F. **Definindo o Campo de Estudo: as Políticas Sociais Brasileiras**. In: YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I.F (Orgs) Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate. Belém: Ed.ufpa, 2014.